

Segregação socioespacial: contradições presentes em Palmas/TO

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Arquiteto, professor pesquisador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FAU PUC-Campinas, Alameda Santos 778, ap. 71, CEP 01418-100, São Paulo, SP, (11) 3889-0909, jonathas@mpsassociados.com.br

Resumo

Por meio da análise do processo de planejamento e gestão na formação e ocupação da Cidade de Palmas – capital do estado de Tocantins – o presente artigo explicita algumas das dificuldades para se efetivar a função social da cidade. Tendo como base a análise comparativa do plano urbanístico original da cidade, do atual plano diretor municipal e das ações do governo do estado, o presente texto vem explicitar interesses contraditórios que provocaram uma segregação socioespacial induzida pelo próprio poder público, gerando uma ocupação dispersas com elevados custos sociais.

Palavras-chave: segregação socioespacial, gestão territorial, paisagem urbana.

Introdução

O que motivou o desenvolvimento do presente texto foi uma oficina, ocorrida na cidade de Palmas, por conta do desenvolvimento da pesquisa que realizamos. O contato com a realidade local proporcionado pela oficina explicitava aspectos contraditórios quanto ao processo de segregação socioespacial comumente encontrado nas cidades brasileiras.

A pesquisa conta com uma rede nacional, tendo seu foco no Sistema de Espaços Livres de Edificação – SEL. Compõem a coordenação nacional os doutores Silvio Soares Macedo, Eugenio Queiroga e Fábio Robba, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP – e a pesquisa vem sendo financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Entre 2006 e 2008 colaboramos com o grupo SEL-RJ constituído no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ – da Faculdade de arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ –, coordenado pela doutora Vera Regina Tângari e a partir de 2009 ligamo-nos à rede pelo SEL-Campinas, como pesquisador do Mestrado em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, coordenado pelo doutor Wilson Ribeiro dos Santos Junior.

O objetivo principal da pesquisa é a análise do sistema de espaços livres de edificação e dos modelos de ocupação urbana, e por meio dela pretende-se questionar sua adequação morfológica e ambiental, levando-se em consideração os contextos históricos e culturais que geraram os espaços livres, como eixo propulsor da ocupação.

Entre 2007 e 2008 foram realizadas 12 oficinas, organizadas pelos núcleos locais, e que contaram

com a participação de representantes da coordenação nacional (FAUUSP).

Normalmente são oficinas de dois dias, precedidos por um dia de visita e um sobrevôo na cidade. O primeiro dia caracteriza-se por apresentações dos agentes públicos a respeito das ações de planejamento, legislação, de projetos de intervenções públicas e da apresentação de trabalhos críticos e analíticos produzidos pelos docentes locais. No último dia realiza-se um diagnóstico calcado em base cartográfica e no conhecimento dos participantes, representantes da academia e do poder público.

Na Oficina SEL, de Palmas, tivemos a oportunidade de conhecer peculiaridades da recente história da região. Promoveu-se um debate, no qual representantes do poder local explicitaram contradições existentes na dinâmica da ocupação territorial.

Os fatos apontados fizeram-nos refletir sobre como, no Brasil, o processo de segregação socioespacial urbano está arraigado ao processo de ocupação territorial, que, por sua vez, é caracterizado pelo fato de o estado estar, comumente, ligado a interesses econômicos de grupos específicos, deixando o “interesse público” vulnerável ou descaracterizado.

A constatação de uma desigualdade socioeconômica e de seus efeitos é necessária, entretanto não é suficiente para propor uma mudança no curso dos acontecimentos. Uma vez que é impossível alterar a realidade sem teoria, cabe questionar como trabalharemos as questões socioespaciais simultaneamente de forma empírica e teórica, uma vez que não basta conhecer a realidade para transformá-la. É necessário um “projeto pensamento” que fortaleça as ações futuras (SANTOS, 1996).

Segregação socioespacial no Brasil

É necessário, portanto, analisarmos os antecedentes históricos, procurando construir o entendimento de como a sociedade brasileira se formou, assim como identificar as mediações existentes entre as macrodeterminações socioeconômicas e o espaço social.

Com relação às questões referentes aos aspectos históricos, deve-se atentar para o fato de que, às vezes, causa e efeito podem se confundir, dificultando as análises de fatos e movimentos contemporâneos.

“no século em que a revolução industrial se afirmou, essa revolta se dava como luta contra invenções, vontade de destruir as máquinas (...) hoje, sabemos que tal revolução tem de se dar contra as relações sociais inigualitárias, que esses objetos permitem. O que se impõe é conhecer bem a anatomia desses objetos e daquilo que eles juntos formam, - o espaço”. Milton Santos, 1993

Cabe aqui lembrar que o espaço é definido, por SANTOS, como sendo formado por um sistema de objetos e um sistema de ações, ressaltando-se que a compreensão do espaço só se dá pela interação dos dois sistemas.

As relações sociais são formadas historicamente, apresentando diferentes aspectos em países economicamente centrais ou periféricos. Para compreender a sociedade brasileira é necessário considerar que ela surge em um sistema econômico apoiado na escravatura, definindo duas classes polares: senhores e escravos.

No Brasil, a chamada classe média e sua relação com as demais classes surgiram com características muito arraigadas, que contribuíram para a conservação de uma profunda desigualdade social. Um de seus mecanismos é explicado por Roberto Schwarz, ao analisar a obra de Machado de Assis: “o favor é nossa mediação quase universal”.

“O favor seria o mecanismo pelo qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outras, a dos que têm.

Note-se ainda que entre essas duas classes é que acontecerá a vida ideológica regida, em consequência, por esse mesmo mecanismo.” Roberto Schwarz, 2005

Essas relações sociais irão se manifestar no espaço. Dessa forma o social e o espacial estabelecem uma relação dialética. A segregação social provoca uma segregação espacial que pode ser

observada com mais intensidade nas metrópoles contemporâneas.

Percebe-se, então, a relação entre valorização fundiária e classes sociais ocasionando uma homogeneização nos bairros e uma segregação socioespacial na cidade, como descrito por Villaça:

“Não basta constatar essas configurações espaciais, é necessário explicá-las e articular a explicação com as transformações dos demais elementos da estrutura urbana. Ou seja: a explicação das transformações de um elemento deve explicar também as transformações dos demais elementos da estrutura. (...) interessa saber por que ela (referindo-se a uma determinada classe social) se localiza onde se localiza e quais as implicações disso.” Flavio Villaça, 1998

A grande presença de moradores de ruas na área central da cidade de São Paulo, por exemplo, é apontada por diversos estudos como fruto da segregação espacial que tem sua causa na falta de acessibilidade de uma parcela da população. Esse entrave resulta na concentração dessa população em áreas centrais durante a semana, sendo que o retorno às suas moradias, localizadas nas periferias, acontece somente nos fins de semana.

Apreende-se uma relação entre a acessibilidade e o processo de segregação espacial. Portanto as localizações na cidade, também definidas por Villaça, passam a ter um valor que contribui para o processo de valorização de determinadas áreas em relação a outras.

Se a “localização” é caracterizada por sua relação com outros objetos, a localização urbana envolve o deslocamento de produtos e pessoas na cidade.

Segundo Villaça, as mediações do espaço metropolitano de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador passam por “traços nacionais”, isto é, apesar de todas as considerações regionais e planetárias que possam agir sobre o espaço urbano, sua segregação se dá pela valorização de sua “localização”.

“Nossa tese é de que tais mediações passam fundamentalmente pelos traços nacionais definidores da estrutura intraurbana e tais traços se manifestam

na estrutura espacial intraurbana por meio da segregação, que passa a ser então o processo central definidor dessa estrutura. Esses traços são bastante inelásticos em face de algumas transformações sociais e econômicas nacionais e planetárias” Flavio Villaça, 1998

Não se pretende, aqui, indicar caminhos ou apontar soluções. Nosso objetivo, com o presente texto, é refletir e inter-relacionar alguns pontos que contam com a contribuição de pesquisadores e pensadores brasileiros para a construção de uma “teoria” a partir da qual seja possível intervir e alterar, de forma eficaz e consequente, o rumo das atuais tendências da segregação socioespacial, buscando assim uma equidade social que venha romper o processo presente nas cidades brasileiras.

Segregação socioespacial em Palmas

Só se compreende de fato a dimensão das contradições existentes em nosso território, quando não nos limitamos ao campo das idéias abstratas. É necessário analisar a realidade para entender os conflitos e processos que promovem a segregação socioespacial. Os autores dos textos até aqui referenciados estabelecem uma relação entre teoria e análise da cidade real.

Apesar da existência de muitos dados secundários levantados e analisados por terceiros, o entendimento da realidade se fortalece a partir de uma vivência, pela qual se estabelece uma relação de entendimento, confiança e crítica com os atores e o território a ser analisado.

As questões referentes ao processo de segregação espacial são comumente lidas como fruto da contradição entre interesses públicos e privados.

No imaginário idealizado, o interesse público zelaria pelos interesses de toda população e o interesse privado expressaria as motivações econômicas e socioculturais dos diferentes grupos sociais.

Entretanto já foram identificados casos em que o próprio estado foi o grande motor da segregação socioespacial. É o caso de Roraima, apontado por Carlos Nelson (SANTOS, 1988) e que se repete em Palmas, no Tocantins, de forma ainda mais explícita.

Não se quer aqui fazer uma oposição entre a capacidade de atuação do estado e do setor privado, nem se pretende imaginar que a solução estaria na valorização das políticas neoliberais; pelo contrário, o que procuramos mostrar são as contradições geradas a partir do momento em que o poder público passa a agir segundo a lógica de mercado.

Lendo a tese de doutorado de Glauco Coccozza, é possível compreender o histórico da formação da cidade e o processo de sua ocupação (COCOZZA, 2007). O autor foca a questão do entendimento dos espaços livres de edificação e estabelece uma análise das conexões e mobilidades que se concretizam a partir dessa ocupação.

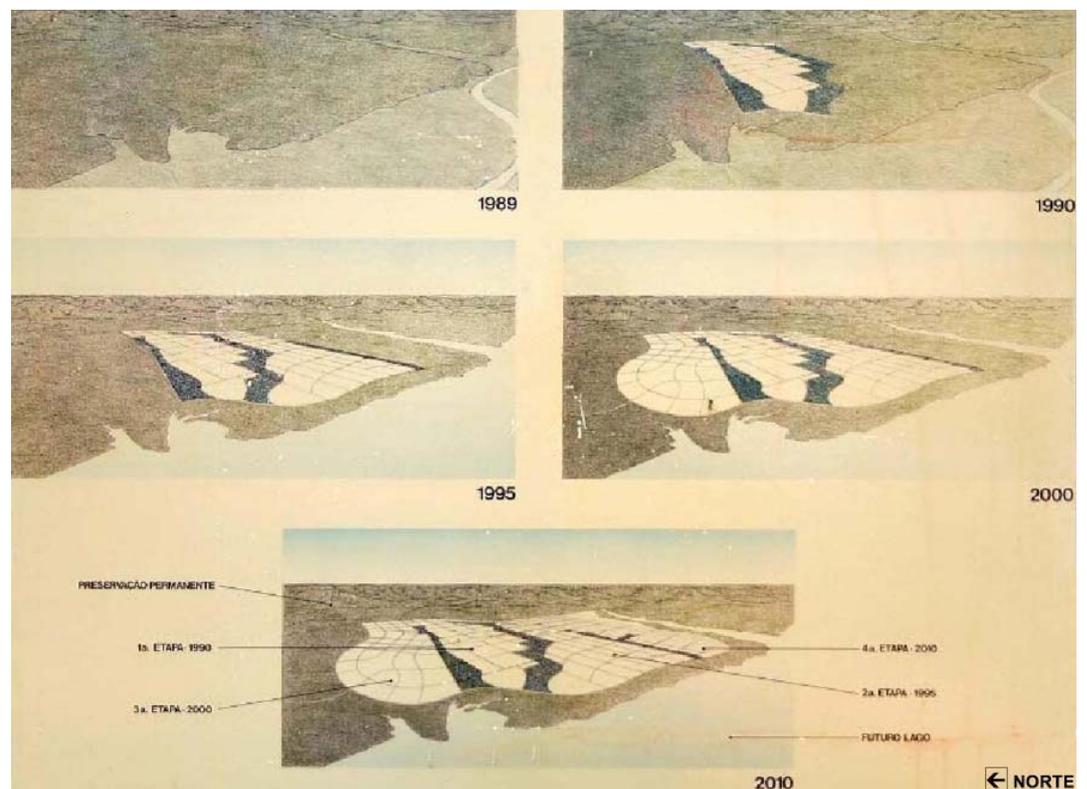
“A mais nova capital de um estado brasileiro, o Tocantins, criado na Constituição de 1988, dividiu a área do estado de Goiás ao meio, deixando o norte, região menos desenvolvida, para a criação de um estado que pudesse representar a esperança de uma população marcada por inúmeros conflitos sociais, e pela ausência de ações governamentais e

de iniciativas privadas capazes de mudar o panorama de esquecimento em relação ao restante do país. A criação do Estado e da nova capital trouxe não só para a população local, mas como para milhares de brasileiros, a esperança de conquista onde, assim como Brasília, o cerrado é novamente palco e agente do desenvolvimento, gerando uma modificação irreversível quanto à transformação e ocupação desta paisagem.” Glauco Coccozza, 2007

A cidade de Palmas é então planejada e implantada. Inicialmente se prevê uma cidade para receber mais de 1 milhão de pessoas até 2010. Dados do IBGE demonstram que a cidade cresceu entre 1991 e 2000 a uma taxa de 12,38% sendo que sua população em 2007 era de 178.386 habitantes.

O planejamento da cidade de Palmas estabelecia uma estratégia de crescimento por setores, conforme análise contida no “Capítulo 4 - Evolução da Ocupação do Solo Urbano” do diagnóstico elaborado durante o processo de construção do Plano Diretor Participativo, de 2005.

Figura 1: Etapas propostas pelo plano para o crescimento da cidade até o ano de 2010. Fonte: SEMUC, 2006 In COCOZZA, 2007.



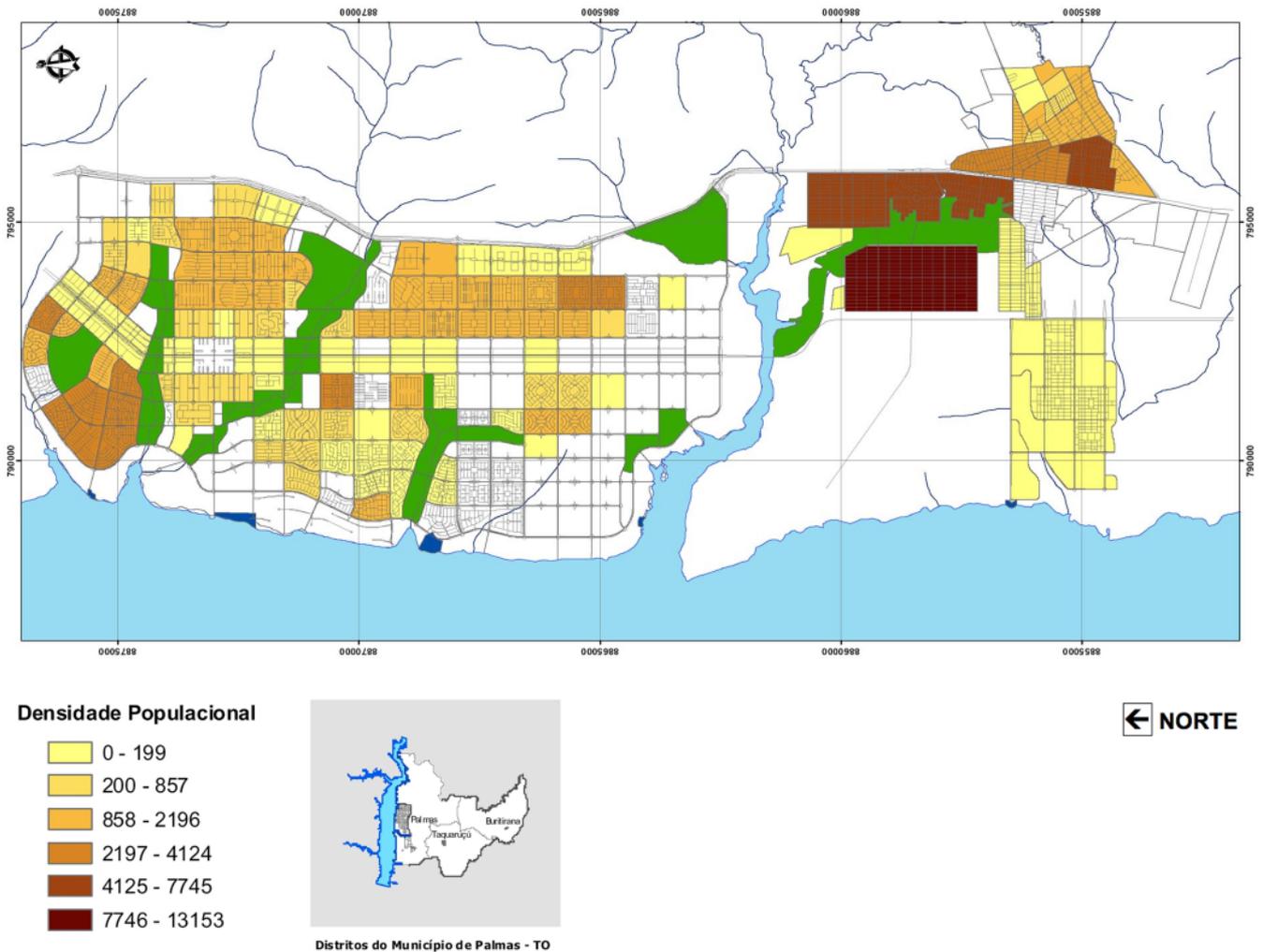


Figura 2: Mapa de densidade de população por quadra da Cidade de Palmas. Fonte: Imagem trabalhada pelo autor sobre mapa da SEDUH – Secretaria de desenvolvimento Urbano e Habitação. Prefeitura Municipal de Palmas.

“Na primeira etapa de consolidação da cidade deveriam ser ocupadas as quadras localizadas entre o Córrego Brejo Comprido e o Suçupara, ou seja, quadras mais próximas ao centro cívico, destinado à sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

A segunda etapa, que só poderia ser implantada após uma ocupação bem densa da primeira (o plano estimava como ideal a densidade de 300 habitantes por hectare), se daria ao sul da primeira, indo até o Córrego Prata.

A terceira etapa seria ao norte da primeira, indo até a Avenida Parque (limite norte do Plano Original), e devido ao relevo mais acidentado que as demais, elevando assim o custo das construções, seria destinada a edificações de classe média alta.

A quarta e última etapa seria implantada entre o Córrego Prata e o Ribeirão Taquarussu (limite sul do Plano Original). Foram reservadas ainda áreas destinadas à expansão urbana, uma ao Norte, hoje denominada de Área de Urbanização Restrita I e outra ao Sul, onde se encontram já implantados os bairros Taquaralto (todas as etapas), Aurenys, Jardim Taquari entre outros. A previsão original para ocupação dessa região de expansão da cidade era para após a urbanização de pelo menos 70% da área urbana do Plano Básico.” Capítulo 4 - Evolução da Ocupação do Solo Urbano, Plano Diretor Participativo de 2005.

No próprio texto do Plano Original da cidade já se identifica uma forma de segregação socioespacial quando se tem como diretriz destinar áreas para “classe média alta”, se referindo a grupos sociais com faixa de renda alta.

Entretanto as fases previstas no plano que indicavam as áreas a serem ocupadas não foram seguidas. Para se ter uma idéia da extensão territorial urbana da atual cidade de Palmas, basta avaliar a distância de 35,63 km que separa a área urbana planejada, localizada no extremo norte, e as áreas urbanas do extremo sul onde se abriga 40% da população.

O que se pretende explicitar aqui são os motivos que levaram a ocupação a se dar de forma tão espalhada, considerando que a terra urbana estava originalmente nas mãos do governo estadual. Uma rápida leitura no mapa de densidade demográfica urbana permite que se perceba como se distribui atualmente a população em Palmas.

Figura 3: Fonte: Ortofoto fornecida pela Prefeitura Municipal de Palmas e trabalhada pelo autor e fotos aéreas tiradas pelo autor durante sobrevôo realizado por ocasião da oficina SEL.

A figura 3 mostra a diferença da configuração física e da presença de infraestruturas de duas áreas. A primeira se localiza dentro do plano original da cidade de Palmas e a segunda, nos bairros formados para atender à população de baixa renda. As duas

áreas estavam em poder do Estado quando se deu seu parcelamento.

Cabe aqui questionarmos: por que o Estado não promoveu a doação de lotes dentro da área do plano? Por que há diferença de tratamento entre os cidadãos, sendo alguns “desqualificados” para morar na área originalmente planejada para se formar a cidade, e outros “qualificados” para morar dentro de seu perímetro? Se as glebas eram do Estado, por que se promoveu o planejamento de áreas para os “pobres” localizadas a mais de 30Km do centro?

O que está se querendo destacar é que a cidade de Palmas não deveria, em princípio, ter grandes conflitos no acesso ao solo urbano, uma vez que as terras pertenciam, na sua origem, e em grande parte ainda pertencem, ao poder público. Entende-se o processo de especulação da terra, que gera dificuldade de acesso à propriedade urbana, quando se trata de uma região metropolitana ou de uma



cidade que já nasceu com grandes problemas fundiários, ou ainda com áreas urbanas, tomadas pelo mercado imobiliário. Entretanto, não é esse o caso de Palmas.

Sabe-se que no início da década de 1990 o poder público resolveu impedir que as pessoas invadissem as áreas originais do plano. Criaram-se então outras áreas, fora do plano e distantes do centro, para que essas pessoas se estabelecessem.

Existem matérias, em jornais da época, que descrevem os bloqueios feitos pela polícia nas estradas a fim de redirecionar a população “sem terra” para loteamentos improvisados ao sul da área do plano, que viriam a formar os bairros Aurenys, Jardim Taquari entre outros.

No Diagnóstico do Plano Diretor Municipal lê-se:

... a estratégia de implantação do Plano Básico por etapas foi logo no início rompido pela pressão do mercado imobiliário. Os mecanismos de formação do preço e de acesso a terra dirigiram boa parte da demanda por moradia para a região de Palmas Sul, processo provocado, muitas vezes, pelas políticas públicas de segregação social da população mais pobre. Capítulo 4 - Evolução da Ocupação do Solo Urbano, Plano Diretor Participativo de 2005.

O que não fica claro para o leitor, que desconhece o contexto, é que o “mercado imobiliário” a que o texto se refere é o próprio poder público estadual. Mas o texto não deixa de reconhecer o processo de segregação sócio espacial promovido pelo próprio poder público.

Ermínia Maricato, em suas recentes palestras, tem nos lembrado que nas cidades brasileiras – principalmente nas regiões metropolitanas – existe a falta de iniciativa do poder público em estabelecer um lugar “onde os pobres vão morar”. Essa seria uma das questões principais que os Planos Diretores deveriam responder.

Conhecendo essa realidade brasileira pode parecer, para alguém desinformado do contexto fundiário de Palmas, que a atitude tomada pelo poder público ao criar novas áreas para assentar a população pobre e migrante se trata de um esforço para atender o déficit habitacional. O fato é que em Palmas,

diferentemente de outras cidades brasileiras, existe um grande estoque de terras públicas sendo que a segregação socioespacial induzida pelo poder público, explicita o objetivo de preservar e valorizar as áreas centrais para seu futuro leilão. O poder público estadual, em Palmas, especula a terra por meio da segregação socioespacial.

Segundo Luiz Hildebrando, diretor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura Municipal de Palmas, que reside na cidade desde 1990, e, portanto, vem acompanhando todo o processo da ocupação do solo urbano de perto:

... foi a gestão pública que determinou os primeiros locais a serem ocupados. Como a estrutura do governo demandava um corpo de empregados de diferentes escalas, cada grupo foi locado segundo distinção social. A classe inferior foi locada em Taquaralto, iniciando a sua formação. A classe intermediária se estabeleceu na Arse 72, onde conjuntos populares foram construídos para suprir a demanda de moradia. Por fim os trabalhadores que ocupavam os altos cargos do governo ganharam lotes na Arse 14, primeira quadra central a ser ocupada. A distância entre as quadras gerou o espalhamento urbano da cidade atual, pois cada uma se configurou como centralidade e promoveu o crescimento em seu entorno. Entrevista com Luiz Hildebrando In: COCOZZA, 2007.

Por não se tratar da questão principal analisada por Coccozza, o processo de ocupação do solo encontra-se disperso, mas confirmam os dados fornecidos pela entrevista de Hildebrando. Destacamos os seguintes textos para análise:

Os primeiros gestores da cidade e do estado foram os grandes incentivadores das invasões, concretizadas em bairros afastados da região central e que atualmente concentram metade da população do município.

(...)

Moisés Avelino foi o governador responsável pela ocupação da Vila União. Em entrevista concedida, ele avalia que foi uma maneira de conter as invasões em áreas de proteção da cidade, o que estava ocorrendo principalmente em áreas de fundo de vale, e locar a população carente não distante

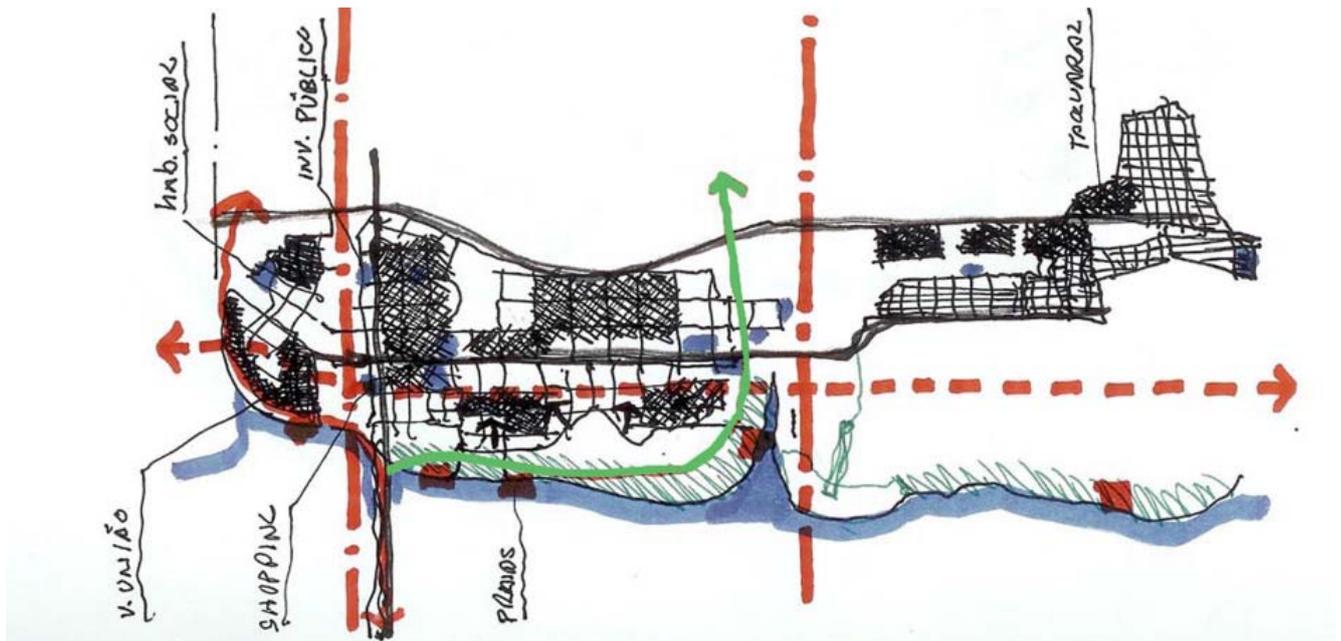


Figura 4: Fonte: Croqui do autor, 2008.

do centro, como em Taquaralto e Aurenys, mas perto da região central. (entrevista concedida em 27/10/2006). Glauco Coccoza, 2007.

Os dois textos acima relatam o processo de ocupação pela população de baixa renda. São duas faces da mesma moeda: o primeiro texto refere-se à ocupação do sul e o segundo texto, às ocupações de áreas ao norte, ainda dentro da área planejada, que se mostrou politicamente conveniente fomentar a invasão naquela localidade.

Durante a Oficina SEL realizada em Palmas, tivemos a oportunidade de assistir a uma palestra do diretor da SEDUH, Luis Hildebrando Ferreira Paz, que relatou o episódio mencionado de invasão de áreas ao norte da cidade e do redirecionamento da população de baixa renda para setores distantes localizados ao sul da cidade onde, atualmente, se concentram mais de 40% da população da cidade.

Por meio da participação ativa de diferentes agentes públicos, na Oficina SEL foi possível ainda entender como a atuação do Governo do Estado, que ainda detém grande parte das áreas públicas, continua a promover a segregação espacial.

Se, em um primeiro momento da ocupação da cidade de Palmas, a população empobrecida, com baixo nível de escolarização, deslocou-se para a região em busca de trabalho e foi conduzida para fora da área “nobre” do plano, atualmente o movimento já não é de proteção das “áreas nobres” e sim de procurar induzir intervenções que visam à valorização das glebas remanescentes localizadas na área do plano pertencentes ao poder público estadual.

O croqui acima, realizado durante a Oficina SEL, em conversa com diferentes atores indica, por meio da seta verde, a intenção do Governo do Estado em valorizar as glebas junto à orla, com a construção de uma via. O “Projeto Orla”¹ da Orla S/A está formalmente ligado ao Governo do Estado por meio de uma PPP – Parceria Público Privada.

Considerações Finais

Conforme já mencionado no presente texto, a cidade de Palmas nasceu com a constituição de 1988, isto é, em um contexto democrático, sobre novos princípios jurídicos, onde o conceito da Função Social da Propriedade já estava presente. Entretanto observa-se que o processo de segregação socioespacial,

¹ O Projeto Orla é um exemplo de Parceria Público Privada que vem dando certo no Tocantins, promovendo a urbanização ordenada no entorno do lago da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães. – texto disponível em <http://www.projetoorla-palmas.com.br/>

promovido pelo poder público (estadual), perdura mesmo depois do Estatuto da Cidade de 2001 ou do Plano Diretor participativo desenvolvido pela municipalidade.

Os fatos apresentados demonstram que a transformação social não se faz apenas com o conhecimento e com leis apropriadas. As cicatrizes são mais profundas e estão arraigadas a aspectos culturais e valores sociais.

A instância do poder público estadual, que detém um poder de influência sobre as estruturas públicas locais e privadas, é proprietária do solo urbano. Por essa razão o município se vê frente a uma especulação desenfreada que dificulta o acesso à terra em áreas previstas pelo plano. Para garantir a valorização das áreas do plano impede-se o assentamento da população pobre.

O estudo de caso nos mostra como o processo de segregação socioespacial e de especulação imobiliária não pode ser tratado apenas com mecanismos ou instrumentos urbanísticos.

A função social da propriedade em nossa constituição encontra-se como refém do plano diretor municipal que – quando existe, e é desenvolvido de forma democrática, participativa – procura implementá-la pelos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, que são ainda muito limitados frente ao histórico “favor” concedido a determinados interesses, explicitado pelos textos de Roberto Schwarz.

O enfrentamento deve ocorrer na construção de uma esfera política capaz de promover a cidadania que possa sustentar uma constante cobrança pelo direito à cidade e à vida social.

A estrutura “intraurbana” de Palmas consolidou-se devido aos “traços nacionais” mencionados por Flávio Villaça. Já o “traço”, ou traçado, criado pelo plano original, existe como configuração física, mas foram as ações sobre esse suporte que territorializaram o desenho e deram origem à segregação socioespacial presente na cidade de Palmas.

Referências bibliográficas

- COCOZZA, Glauco de Paula. Paisagem e Unidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas. Tese de Doutorado, FAUUSP, São Paulo, 2007.
- BAKHTIN, Mikhail, Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Carlos Néelson Ferreira dos. A Cidade como Jogo de Cartas. São Paulo: Projeto Arquitetos Associados, 1988.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. Hucitec, São Paulo, 1993.
- _____. Da paisagem ao espaço: uma discussão. In: Anais do II Encontro de ensino de paisagismo em escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. São Paulo: Unimarco, 1996. p 33-42
- _____. A Natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 2005.
- VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1998.

Social-spatial segregation: contradictions in the city of Palmas/TO

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Abstract

Through the study of the planning and managing process adopted in the formation and occupation of the city of Palmas, Tocantins state capital, the present paper clarifies some of the constraints in putting into practice the city social function premisses. By a comparative analysis among the original urban plan, the recent municipal director plan and the State Government actions, this paper aims to explain the contradictory interests which have promoted a sociospatial segregation shaped by the public sector, resulting in a spread out occupation pattern with high social costs.

Keywords: social-spatial segregation; territorial occupation; urban landscape.

Segregación socio espacial: contradicciones en la ciudad de Palmas/TO

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Resumen

Mediante un análisis del proceso de planeación y gestión de la formación y ocupación de la de la ciudad de Palmas, capital del Estado de Tocantins, este artículo explicita algunas de las dificultades para hacer efectiva la función social de esta ciudad. Tomando como base un análisis comparativo entre el plan urbanístico original de la ciudad, el plan rector municipal y las acciones del Estado, se explicitan los intereses contradictorios que provocaron una segregación socio-espacial inducida por el poder público mismo, lo que generó una ocupación dispersa con elevados costos sociales.

Palabras clave: segregación socio espacial, gestión territorial, paisaje urbano.